PODER / Trabalhos recomeçam e temas como fake news e marco temporal indígena são retomados, para desagrado de Bolsonaro

Os perigos no Judiciário

» CRISTIANE NOBERTO
» FABIO GRECCHI

O Poder Judiciário retoma os trabalhos nesta semana com temas que podem causar desconfortos para o governo federal e para o presidente Jair Bolsonaro. Somente no Supremo Tribunal Federal (STF), há uma lista de julgamentos incômodos na qual constam, por exemplo, o marco temporal das demarcações indígenas — que pode remover vários povos originários das terras que ocupam há décadas — e os inquéritos das fake news. No front da corrida presidencial, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vem se empenhando em endurecer o combate às mentiras e desinformações pelas redes sociais no pleito de outubro.

Somente estes três fatores são de difícil digestão para o Palácio do Planalto e a Esplanada, que tem colhido duras derrotas no Judiciário. As mais recentes, durante o período de recesso, são as decisões dos ministros do STF Ricardo Lewandowski e Rosa Weber cobrando do Ministério da Saúde explicações relacionadas à vacinação infantil — o ministro quis saber por que a pasta orientou pais e responsáveis a somente vacinarem seus filhos amparados em uma prescrição médica; a ministra deu prazo para que justificassem a nota técnica que manteve o kit covid como alternativa de tratamento, apesar da ineficácia contra a covid-19 dos medicamentos que o compõem.

Para deixar ainda mais tensa a relação entre o governo e o Supremo, na última sexta-feira Bolsonaro não compareceu ao depoimento na Polícia Federal no âmbito de um inquérito que apura o vazamento de informações sigilosas durante uma live, no ano passado (**leia a justificativa na página 4**). A determinação partiu do ministro Alexandre de Moraes, um dos alvos preferenciais do presidente e de seus apoiadores.

Segundo André César, sócio da Hold Assessoria, o Supremo tornou-se protagonista no cenário político por conta dos embates provocados por Bolsonaro e seus ministros. "Há um ambiente de conflagração. Mas a Suprema Corte também é uma casa da tentativa de consenso, da negociação e do entendimento. Vai ser um ano difícil. Nós temos uma campanha eleitoral saindo do forno, que já está muito complicada, difícil e extremamente polarizada", alertou.

Leandro Almeida de Santana, advogado, mestre e doutorando em Direito, destaca que o ano será decisivo para o Brasil. "Será muito importante para a democracia e a estabilidade das instituições. O STF que, certamente, será alvo de ataques de aliados e eleitores bolsonaristas, deverá atuar fortemente no combate às fake news, disparos em massa, ataques aos poderes e às próprias eleições", alertou.

Aplicativos

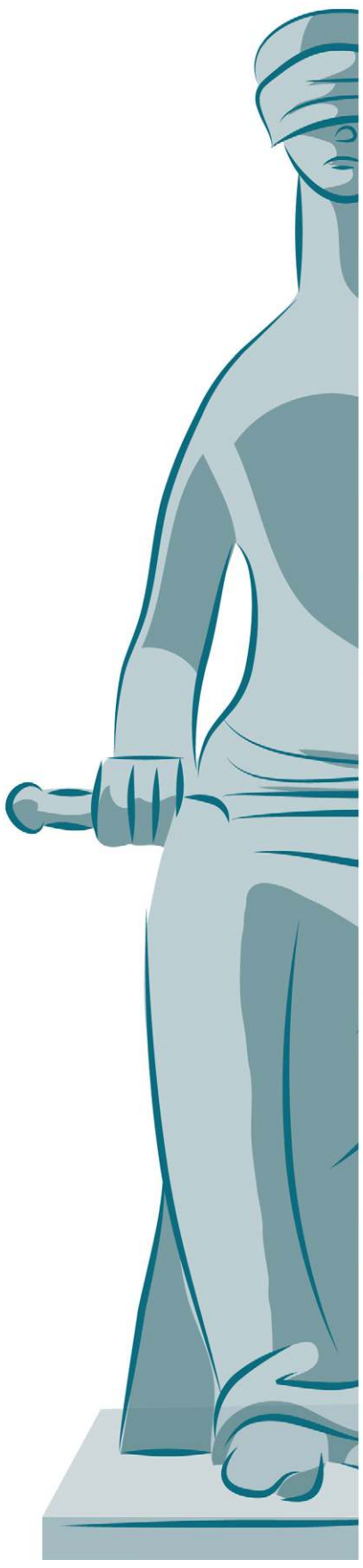
Se no STF estão alguns motivos de dor de cabeça para o presidente, o que pode impactar sua tentativa de reeleição, no TSE o horizonte para Bolsonaro também está encoberto. A Corte colocou o aplicativo de mensagens Telegram na alça de mira, uma ameaça ao universo bolsonarista. Isso porque os apoiadores do presidente migraram em peso para a rede de origem russa.

O presidente, aliás, deu a medida do prejuízo que pode amargar caso o TSE imponha alguma restrição ao Telegram no Brasil. Na última quinta-feira, ele classificou um eventual controle do aplicativo como uma "covardia".

A liberdade para desinformar e criar narrativas irreais nas redes sociais tem recebido duros golpes por parte do TSE. A mais recente ofensiva contra as fake news nas próximas eleições deu-se, também, na última quinta-feira, quando o atual presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, debateu com o chefe do WhatsApp, Will Cathcart, o desenvolvimento do assistente virtual (chatbot) oficial da Corte no aplicativo de mensagens. Segundo o tribunal, o dispositivo facilitará, sobretudo, o rastreamento dos disparos ilícitos.

Julgamentos incômodos no STF

A Suprema Corte brasileira terá um longo ano de decisões que, inclusive, poderão afetar as eleições de outubro. Confira os principais temas:



Operações militares em favelas — ADPF 635
Relator: ministro Edson Fachin

Será retomado o julgamento de embargos de declaração apresentados pelo PSB na ADPF, referente às restrições impostas à realização de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia de covid-19. Até o momento, votaram o relator da ação, ministro Edson Fachin, pelo acolhimento dos embargos, e o ministro Alexandre de Moraes, que acompanhou parcialmente o relator.

Federações partidárias — ADI 7.021
Relator: ministro Roberto Barroso

Referendo da liminar deferida pelo relator, que determinou que as federações partidárias devem obter registro até seis meses antes das eleições, mesmo prazo definido em lei para que qualquer legenda esteja registrada e apta a lançar candidatos.

Passaporte de vacinas de estrangeiros — ADPF 913
Relator: ministro Roberto Barroso

O STF vai decidir se referenda a liminar que determinou a exigência de comprovante de imunização para quem vem do exterior.

Passaporte de vacinas de trabalhadores — ADPFs 898, 900, 901 e 905
Relator: ministro Roberto Barroso

Referendo da liminar deferida pelo relator, que suspendeu dispositivos da Portaria 620/21, do Ministério do Trabalho e Previdência, que proíbe empresas de exigirem comprovante de vacinação na contratação ou na manutenção do emprego da pessoa, autorizando que empregadores exijam o comprovante de seus empregados.

Cela especial para formados no ensino superior — ADPF 334
Relator: ministro Alexandre de Moraes

A ação discute o direito à prisão especial aos detentores de diploma de ensino superior.

Marco Temporal — RE 1.017.365
Relator: ministro Edson Fachin

A Corte prosseguirá com a análise do recurso que discute a definição do estatuto jurídico constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena e desde quando deve prevalecer essa ocupação. O julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes (Tema 1.031 da repercussão geral).

Lei da Ficha Limpa — ADCs 29 e 30 e ADI 4578
Relator: ministro Luiz Fux

A Suprema Corte irá retomar o julgamento sobre a Lei da Ficha Limpa, que instituiu novas hipóteses de inelegibilidade voltadas à proteção da probidade e da moralidade administrativas no exercício do mandato, nos termos do parágrafo 9º do artigo 14 da Constituição Federal.

Fake News — INQ 4781
Relator: ministro Alexandre de Moraes

A investigação foi aberta em 2019 e, em 2020, foram realizadas operações que atingiram políticos, blogueiros bolsonaristas e empresários envolvidos com o presidente Jair Bolsonaro. No ano passado, foi aberto um novo inquérito, desta vez mirando o chefe do Executivo. Os ministros também

Dores de cabeça tributárias

Se no caminho político-eleitoral do presidente Jair Bolsonaro são vários os obstáculos impostos pelo Poder Judiciário, no ambiente econômico as coisas também não estão muito melhores para o governo federal. Isso porque a pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) para este primeiro semestre compreende diversos temas relevantes no âmbito tributário.

Eduardo Muniz Cavalcanti, advogado tributarista sócio do escritório Bento Muniz, explica que um dos casos de maior repercussão é o Tema 881, de repercussão geral. "O plenário definirá se um contribuinte que obteve coisa julgada para afastar a exigência de um determinado tributo perde, automaticamente, o direito diante de decisão superveniente da Suprema Corte que declare a constitucionalidade da cobrança", explicou.

Segundo o especialista, há, ainda, o julgamento de conjunto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade — as ADIs 6.399, 6.403 e 6.415 —, além do Recurso Especial 796.939. "A primeira, objetiva a declaração da inconstitucionalidade do dispositivo que instituiu a extinção do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Caso sejam providas, os empates no Conselho voltarão a ser resolvidos pelos presidentes das turmas de julgamento, representantes da Receita Federal", salientou.

No caso do Recurso Especial, ele observa que pode ser aplicado o princípio da repercussão geral — quando a decisão proveniente dessa análise é aplicada pelas instâncias inferiores em casos idênticos. "Será apreciada a constitucionalidade da aplicação de multa isolada de 50% sobre o valor de crédito tributário objeto de compensação não homologada. Também será julgada, no RE nº 928.943, a constitucionalidade da incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre remessas ao exterior", explicou. **(CN)**

NAS ENTRELINHAS



por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Inflação dos EUA terá impacto na nossa economia e nas eleições

CIRO, MORO, DORIA, SIMONE, ALESSANDRO E JANONES ESTÃO DESAFIADOS A DEBATER O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES COM BOLSONARO E LULA

A inflação nos Estados Unidos terá grande impacto na economia brasileira até as eleições, complicando ainda mais a vida do presidente Jair Bolsonaro. Mas não é um problema somente do governo atual. Quem vencer o pleito, terá que lidar com uma nova realidade, que põe em xeque estratégias tradicionais de retomada do crescimento.

Vamos por partes. No ano passado, a inflação norte-americana chegou a 7%, o maior nível desde 1982, segundo o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês). Por essa razão, analistas econômicos estão prevendo quatro aumentos trimestrais na taxa de juros, com base em declarações do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell. Durante a pandemia, a taxa esteve próxima de zero.

A principal causa da alta de preços nos Estados Unidos não difere muito do que ocorre no Brasil e em outros países: a elevação dos custos de produção devido ao encarecimento dos insumos básicos, principalmente o petróleo, que bateu os US$ 80 o barril. Outras causas são o estrangulamento logístico causado pela crise sanitária mundial, agora agravada pela rápida propagação da variante ômicron da covid-19; a escassez de mão de obra, que joga os salários para cima; e o aquecimento da economia com uma política da expansão fiscal, na qual o governo distribuiu vouchers à população e comprou títulos públicos, para injetar dinheiro no mercado.

Foram dois anos de política fiscal e política monetária "folgadas", que criaram inflação e a espalharam pelo mundo. Além disso, houve uma espécie de sequestro da demanda global pelos EUA, o que também encarece os produtos. Agora, com a guinada na política monetária anunciada pelo Fed, a alta dos juros deve atrair mais investimentos e retirar recursos dos mercados emergentes, entre os quais o brasileiro.

Como inflação no Brasil também saiu do controle, a alta dos juros pelo Banco Central (BC) será o único recurso para segurar os preços, ainda mais porque o governo Bolsonaro não respeita o chamado teto de gastos. Mas, ao contrário do que ocorre nos EUA, a elevação da taxa de juros não terá o mesmo impacto na atração de investimentos, por causa das incertezas políticas. Tudo vai ficando para depois das eleições de outubro, inclusive porque o debate sobre o desenvolvimento econômico e o controle da inflação será contaminado pelas promessas eleitorais, muitas das quais inexequíveis.

Quanto mais a oposição ataca o governo por causa da inflação, da recessão e do desemprego, mais Bolsonaro tenta manipular a economia e ampliar os gastos sociais do governo, necessários diante da tremenda crise sanitária que o país atravessa e do desemprego em massa — mas sem medidas corretivas para conter os gastos e desperdícios da máquina federal e os privilégios das corporações, principalmente as que o apoiam. O aumento da arrecadação, favorecido pela inflação, tem um efeito tóxico nos gastos.

Conjuntura adversa

Uma das características de Bolsonaro é sua dificuldade de lidar com as novas contingências de seu governo. Foi eleito muito mais pela sorte do que por suas virtudes, mas, diante da conjuntura adversa, como diria Maquiavel a sorte bateu em retirada e, agora, há um deficit de virtudes necessárias para ele se manter no poder. É um caso clássico de governante em apuros diante das adversidades, algumas das quais agravadas por ele próprio, como é o caso da crise sanitária, por exemplo.

Voltando ao ponto de partida, porém, o impacto da alta de juros na nossa economia é uma variável sobre a qual Bolsonaro não tem o menor controle — ou seja, pode ser incluída no rol da falta de sorte. Sua estratégia neste começo de ano está toda voltada para mitigar os efeitos da crise social, com medidas como o Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa família, e o recentíssimo aumento de 33% para os professores, a ser pago principalmente por governadores e prefeitos.

O problema é que a inflação e a recessão ameaçam anular os efeitos dessas medidas no decorrer do processo eleitoral.

E a oposição? Pois bem, os candidatos de oposição estão sendo favorecidos por tudo isso, principalmente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, no debate eleitoral, terão que se posicionar em relação à nova situação da economia.

Lula, por exemplo, foi eleito em 2002, depois do ajuste fiscal feito por Fernando Henrique Cardoso, com o bem-sucedido Plano Real. No primeiro mandato, manteve as bases dessa política e implementou com sucesso uma política de combate à miséria. No segundo, beneficiado pelo chamado bônus demográfico e por forte expansão da economia mundial, alavancada pela China, promoveu um ciclo robusto de crescimento, somente interrompido no governo Dilma Rousseff.

A situação da economia é completamente diferente, com novos desafios também para Lula e os demais candidatos de oposição. Ciro Gomes (PDT), Sergio Moro (Podemos), João Doria (PSDB), Simone Tebet (MDB), Alessandro Vieira (Cidadania) e André Janones (Avante) estão desafiados a debater alternativas para o crescimento sustentável e o combate às desigualdades com Bolsonaro e Lula.